

APRESENTAÇÃO

Esta obra reúne diferentes vozes. São palavras, expressões, linguagens, saberes que foram silenciados, sufocados, mas mesmo diante da mordaza, da morte do corpo, do apagamento da ânima, estas vozes se fizeram gritos, cantos, rezas, poesias. As vozes aqui presentes carregam a força da ancestralidade, das resistências históricas, da capacidade de corpos em afirmarem seus modos próprios de existência e de se fazerem *gente* no seu mais profundo sentido. Afinal, “gente é pra brilhar e não para morrer de fome”, como nos diz Caetano Veloso, em sua música “Gente”. Trazer estas vozes para o território da Educação e, mais ainda, para o território seletivo da Pós-Graduação, (pois são escritas que emergem de pesquisas dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS) é fazer gritar o que por muito tempo foi inaudível.

O ano de 2022 no Brasil marcou os 10 anos da Lei de Cotas (Lei n. 12.711/12) que estabeleceu um percentual de reservas de vagas à grupos historicamente excluídos do Ensino Superior como negros, indígenas e pessoas com deficiência, além de estudantes provenientes de escolas públicas. Em 2023 houve a ampliação da Lei de Cotas (Lei n. 14.723/23) reservando vagas também para quilombolas, estendendo a política a todos os Programas de Pós-Graduação. Este fato certamente exigirá mudanças internas nos processos de seleção em nível de Pós-Graduação, mas também de reavaliação das disciplinas oferecidas, bibliografias, da forma como fazemos pesquisa, ou seja, não é suficiente

garantirmos a entrada de estudantes, mas é necessário repensar que tipo de formação oferecemos e qual representatividade há nesta caminhada de formação.

Assim, ainda precisamos nos perguntar: o que efetivamente mudou no cenário da Educação Brasileira? Que consequências, reflexos, implicações a Lei de Cotas trouxe para o cotidiano de nossas Universidades e da Educação como um todo? Sabemos que a realidade não muda apenas porque mudam as leis. É evidente que as leis são garantias de direitos e trazem movimentos importantes de reparação à injustiças profundas sofridas por sujeitos que durante séculos viveram em “zonas de não ser” (FANON, 2008). Contudo, é preciso muito mais. O Racismo, temática central em todos os textos que compõem esta obra, tem suas raízes fincadas nas estruturas das instituições de ensino. Para combater e erradicar o Racismo ancorado na afirmação constante da branquitude, se faz necessário uma mudança profunda nas estruturas que (de)formam sujeitos através de seus currículos, tempos, imposições, embranquecendo corpos/mentes e inventando novas formas de exclusão com ares de democracia. A opressão é a guerra entre o brilho reluzente do que se faz visível e o que se tenta invisibilizar. A invisibilidade representa a tentativa de apagamento de povos e seus conhecimentos; a visibilidade é tática da branquitude quando se coloca como universal, justificando de diferentes formas sua face totalitária. A branquitude surge para limpar (civilizar) o “fedor da América”, nas palavras de Rodolfo Kusch,

Se trata de una aversión irremediable que crea marcadamente la diferencia entre una supuesta pulcritud de parte nuestra y un hedor tácito de todo lo americano. Más aún, diríamos que el hedor entra como categoría en todos nuestros juicios sobre

América, de tal modo que siempre vemos a América con un rostro sucio que debe ser lavado para afirmar nuestra convicción y nuestra seguridad (KUSCH, 2000, p. 12-13).

“Vozes Negras e Indígenas: caminhos para uma educação antirracista e intercultural” apresenta, acima de tudo, testemunhos de sujeitos que a partir de seus corpos, vozes, saberes desacomodam estruturas, ofendem normas (naturalizações) tão comuns nos meios acadêmicos. Sujeitos, Sujeitas, Sujeites que falam por si e desde si (e assim não são mais falados e nem aparecem como “objetos” de pesquisa).

A obra está dividida em 4 partes: Vozes Negras, Vozes Indígenas, Vozes Interculturais e Vozes da Branquitude. Os temas abordados dialogam entre si, mas ao mesmo tempo, trazem seus modos próprios de expressar o que nem sempre é visto, mas fundamentalmente vivido. Fala-se, portanto desde a dor, mas também da festa presente na riqueza de saberes que povos negros e indígenas vivem.

Na concepção estética da obra sentimos a necessidade que as vozes não aparecessem somente na palavra escrita, mas também na palavra desenhada. Trouxemos então as xilogravuras da artista plástica Isabella Kessler de Azambuja que aparecem entremeando cada uma das Partes da Obra, bem como, compõe a capa da mesma. Nas palavras da artista “Esses papéis se conectam através do olhar para os detalhes da vida, da interrelação de manejo entre bicho humano e natureza e dos processos de aprendizagem. Na xilogravura, procuro retratar cenas cotidianas em que os elementos se misturam e se complementam”. Agradecemos a Isabela por estas lindas imagens que tanto nos dizem!

O Prólogo, texto que abre a presente Obra e que muito nos honra, é do importante filósofo cubano da inter-

culturalidade, Raúl Fornet-Betancourt. Intitulado “El capitalismo cognitivo como el gran desafío de una educación intercultural”, o filósofo aborda a temática do Capitalismo Cognitivo e como grandes empresas vem decidindo o futuro da Educação.

Na **Parte 1, VOZES NEGRAS**, temos o capítulo “Rompendo alguns silêncios sobre a experiência de formação acadêmica: um diálogo com Grada Kilomba”, em que o autor, Gabriel Fortes Pereira, tem por objetivo trazer à tona a influência da branquitude acadêmica na formação de pesquisadores, e como esta tem afetado, em especial, o processo formativo de pessoas negras. A partir de diálogos com Grada Kilomba, o autor lança mão da escrita em primeira pessoa para apontar experiências na formação marcadas pela excessiva difusão de um pensamento eurocentrado, cuja herança colonial é definidora de limites entre quem pode falar e a quem deve-se ouvir. Por fim, argumenta-se sobre a necessidade de debates acerca do papel da identidade racial branca na academia.

No capítulo “Rio de memórias formativas: a re-existência ancestral, na Aldeia Três Rios/PB, pela Educação Interfeminista Intercultural” de Luz Santos e Larissa Potiguar encontramos o tramado de uma escrita negra e indígena. Com uma linguagem que desafia os limites da palavra, as autoras inventam mundos, percebendo o que nem sempre é visível. Neste encontro de mundos (e águas) das ancestralidades matriarcais negro-iorúbà e indígena Potiguar, nos mostram modos de estar e viver entre encruzilhadas de territórios, fazendo da escrita uma poética-colaborativa. É assim querem e moram a intensa experiência da Comunidade Colaborativa de Mulheres Afro-brasileiras e Ameríndias (COCAM). Rememorar torna-se um ato de resistência!

O capítulo “Pedagogia engajada: uma possibilidade para práticas pedagógicas antirracistas” de Luciana Dornelles Ramos é testemunho da força e significado da obra *Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade* de bell hooks em sua vida. A autora descreve o que significou esta leitura em momentos de crise profunda causada pela pandemia. Como uma escrita de cura, a pedagogia engajada de bell hooks também se torna inspiração para pensar o que significou o projeto *Empoderadas IG*, desenvolvido junto com jovens de escolas públicas da cidade de Porto Alegre. O texto reflete de que forma as práticas nas aulas na escola e na universidade, possibilitam o exercício de uma pedagogia engajada voltada a práticas antirracistas.

No capítulo “Tecendo antirracismo na relação entre educação popular e processos de docência”, a autora, Victória Toledo Munhóz buscou discutir as experiências educativas para as relações étnico raciais, existentes em espaços de educação popular, destacando o Pré-Universitário Popular Esperança Popular da Restinga. Bem como, explora aspectos presentes na sua trajetória pessoal e acadêmica, uma vez que, considera as condições históricas e sociais que foram produzidas no percurso de sua afirmação de pertença racial, bem como o encontro com processos de formação docente em contextos de trânsitos entre academia e os espaços de educação popular.

Na **Parte 2, VOZES INDÍGENAS**, no capítulo de Osmar Cordeiro da Silva, do povo Tukano, intitulado “Escola indígena Yepã Mahsá e a construção do currículo escolar: desafios e reflexões”, podemos acompanhar a narrativa da luta de um povo em defesa da educação escolar Indígena diferenciada, intercultural e bilíngue. O autor mostra os desafios dos indígenas diante da forte influên-

cia da Igreja, assim como os avanços e sentidos da luta dentro da comunidade indígena. A construção do Projeto Político Pedagógico, do currículo diferenciado, baseado em metodologias próprias de aprendizagem só é possível a partir do diálogo e da construção comunitária em que todos são professores e alunos.

No capítulo “Descolonizando metodologias: um olhar para a Pedagogia Guarani das belas palavras” Isael da Silva Pinheiro, compartilha aspectos da educação tradicional Guarani Nhandewa através de reflexões e discussões que vem realizando em sua pesquisa de Doutorado, intitulada *Arandu: a Pedagogia Guarani das Belas Palavras*, cuja o objetivo é construir subsídios teóricos/metodológicos para a compreensão e sistematização da Pedagogia Guarani. A partir de uma metodologia colaborativa busca ressignificar os fundamentos da reciprocidade e da complementaridade, baseando-se na Cosmologia Guarani.

O capítulo de Fernando Loureiro Luchetta, do povo Kaingang, “Educação Kaingang e saberes do território” faz parte de sua pesquisa realizada no Mestrado em Educação, que traz como temática central a história da educação, da escola e da luta por território na Terra Indígena Nonoai/RS. O autor se baseia em dados de pesquisas sobre o tema, estudos de documentos e também em depoimentos de algumas lideranças que acompanham e atuam nas lutas pela retomada.

O capítulo “Vivência-observação: uma proposta metodológica decolonial a partir das epistemologia kanhgág e popular”, apresenta um diálogo entre uma indígena Daniela Franciela Sales (do Povo Kaingang) e uma não indígena, Vanessa Rodrigues Porciuncula. O texto tem por objetivo compartilhar vivências-diálogos entre duas pesquisadoras a partir dos que fazeres de uma pesquisa situada.

No capítulo “Educação e Descolonização: apontamentos da obra de José Carlos Mariátegui e o Movimento Indígena Educador” a autora não indígena, Tanise Baptista Medeiros, nos apresenta o pensamento de José Carlos Mariátegui, intelectual peruano, e tem com principal objetivo traçar diálogos possíveis entre o intelectual e as lutas indígenas no Brasil contemporâneo. A autora, também, aborda a questão educativa, a partir de dois movimentos: no primeiro momento apoiando-se nos textos produzidos por Mariátegui, nos quais o intelectual trata especificamente sobre a temática da educação; e, em segundo abordando uma concepção de educação mais ampla, defendida, também, por Mariátegui, e que se aproxima ao tratar do caráter educativo das lutas indígenas tal qual desenvolvido por Daniel Munduruku.

Na **Parte 3, VOZES INTERCULTURAIS**, o capítulo de Carolina Araújo da Rosa, intitulado “O diálogo intercultural com caminho ético-político no espaço escolar”, nos convida a refletir as possibilidades de se construir de um projeto de educação que seja epistêmico, ético e político, voltado à superação das injustiças sociais e para tal a autora nos apresenta como caminho possível o diálogo intercultural a partir do autor cubano Raúl Fonet-Betancourt. A autora nos apresenta, também, elementos da filosofia intercultural para qual o reconhecimento da diversidade cultural é visto como um valor essencial para a convivência entre povos, bem como uma forma de superar a visão estreita e hegemônica da concepção ocidental de “ser humano”, que muitas vezes é tomada como a única possível.

O capítulo “Além das fronteiras: um olhar-para a chegada de crianças imigrantes haitianas nas escolas públicas da rede básica de Porto Alegre – RS” de autoria de Jeru-

za Santos Nobre busca discutir os desafios do processo de acolhimento bem como as questões relacionadas à temática do pertencimento desempenha um papel fundamental no contexto escolar, especialmente no que diz respeito às relações étnico-raciais. Para isso a autora nos apresenta cenas do cotidiano escolar a fim de compreender as complexidades envolvidas no processo de acolhimento e como as escolas podem criar ambientes inclusivos que promovam o sentimento de pertencimento e a construção de pontes entre culturas diversas.

O capítulo de Vanessa Rodrigues Porciúncula, “Interculturalidade: caminhos para romper com o racismo enquanto desenraizamento cultural” reflete a escola como um espaço de ratificação do racismo. Através de diferentes mecanismos, como a ideia de democracia racial, tanto o povo negro como os indígenas formam sendo narrados como inferiores, pobres culturalmente e incapazes. Contudo, a autora percebe um avanço nos direitos destes povos, fruto das lutas dos movimentos negros e indígenas.

Na **Parte 4, VOZES DA BRANQUITUDE**, o capítulo intitulado “Branquitude tem nome, sobrenome e endereço: a manutenção das desigualdades a partir da divisão racial do espaço” de Lúcia Fernanda Ramires Felix e Nilson Fabiano Alves Felix fala da construção social e epistemológica da Branquitude. O racismo somente existe porque há a constituição de uma raça pretensamente superior, a raça branca, um não existe sem o outro, os dois estão intimamente relacionados, de modo que o racismo é uma criação branca. Para aprofundar esta perspectiva teórica, trabalha com dois campos de análise: a divisão racial em bairros da cidade de Porto Alegre e a escola pública. As reflexões mostram que o racismo estrutural constrói estratégias para se manter.

O capítulo “Pesquisas-desejantes: caminhos de (des) encontros de uma pesquisadora branca”, de autoria de Magali Mendes de Menezes traz inquietações metodológicas do fazer pesquisa, a partir de questionamentos sobre a Pós-Graduação, vista como um lugar de adoecimento e de profunda expulsão de muitos/as, a autora propõe repensar o significado da pesquisa – como desejo de criação. Também, sustenta a necessidade de descolonizar os espaços acadêmicos, suas estruturas e a nós mesmos. E, ao finalizar o texto, nos apresenta elementos que, para ela, são importantes na desconstrução da branquitude que ao nos habitar deixa marcas profundas e que por isso possibilita a manutenção do racismo estrutural.

E para encerrar de forma linda e potente esta obra, trazemos no Posfácio um texto do importante pensador indígena Luis Fernando Sarango Macas. Com o título “La Pedagogia de los pueblos originarios: aprender y seguir enseñando, enseñar y seguir aprendiendo para la vida”, Sarango reflete sobre as Pedagogias indígenas, ou como diz, Pedagogias próprias vigentes em *Abya Yala* ou América como conhece o Ocidente. Estas pedagogias estão sendo invisibilizadas há séculos como parte de um projeto epistemicida vigente desde o chamado *Descobrimiento* da América.

Esperamos que as Vozes faladas e escritas nesta obra reverberem em cada leitor/a e sejam sementes de cura, capazes de inspirar e provocar mudanças na Educação.

Boa leitura!!!

Magali Mendes de Menezes
Vanessa Rodrigues Porciúncula
Osmar Cordeiro da Silva

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012.** Brasília, Presidência da República, 2012.

BRASIL. **Lei nº 14.113, de 25 de Dezembro de 2020.** Brasília, Presidência da República, 2020.

FANON, F. **Pele Negra Máscaras Brancas.** Salvador: Editora da UFBA, 2008.

KUSCH, R. **América Profunda.** [Volume II das Obras Completas]. Córdoba: Editorial Fundación Ross, 2000.